

## O pensamento cultural de Ludwig von Mises\*

*Jeffrey A. Tucker\*\**  
*Llewellyn H. Rockwell Jr.\*\*\**

**Resumo:** Os autores descrevem o pensamento cultural de Ludwig von Mises em suas diversas nuances: suas críticas ao socialismo, ao igualitarismo, sua defesa da família e do casamento como um contrato à luz do princípio da divisão do trabalho, a rejeição ao feminismo dos séculos XIX e XX e afirma a opinião de que literatura e arte de má qualidade não podem ser atribuídas ao capitalismo.

**Palavras-chave:** cultura, igualitarismo, família, sexo, feminismo, raça, etnia, multiculturalismo, literatura, artes.

### The Cultural Thought of Ludwig von Mises

**Abstract:** The authors describe the cultural thinking of Ludwig von Mises in its various nuances: his criticism of socialism and egalitarianism, his defense of the family and marriage as a contract under the principle of division of labor, the rejection of feminism in the nineteenth and twentieth centuries and his position that literature and poor quality art can not be attributed to capitalism.

**Keywords:** Culture, Egalitarianism, Family, Sex, Feminism, Race, Ethnicity, Multiculturalism, Literature, Arts.

**Classificação JEL:** B31, B53

---

\* Artigo publicado originalmente em inglês no *The Journal of Libertarian Studies*, Volume X, Number 1 (Fall 1991): 23-52, editado pelo Ludwig von Mises Institute.

Traduzido do inglês para o português por Davi J. Dias.

\*\* **Jeffrey A. Tucker** é diretor executivo da Laissez-Faire Books, *distinguished fellow* da Foundation for Economic Education (FEE) e *adjunct scholar* do Mackinac Center for Public Policy. cursou a graduação em Economia na Texas Tech University e na Howard Payne University. Escreveu inúmeros artigos e é autor dos livros *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo* (Ludwig von Mises Institute, 2010), *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* (Ludwig von Mises Institute, 2011) e *A Beautiful Anarchy: How to Create Your Own Civilization in the Digital Age* (Laissez-Faire Books, 2012).

E-mail: tucker@lfb.org

\*\*\* **Llewellyn H. Rockwell, Jr** é fundador e presidente do Ludwig von Mises Institute, vice-presidente do Center for Libertarian Studies e editor do blog *LewRockwell.com*. cursou a graduação em Inglês pela Tufts University. Trabalhou para o senador Ron Paul de 1978 a 1982 e foi editor do periódico *Conservative Digest*. É autor de inúmeros artigos e dos livros *Speaking of Liberty* (Ludwig von Mises Institute, 2004) e *The Left, the Right, and the State* (Ludwig von Mises Institute, 2008).

E-mail: lew@lewrockwell.com

Ludwig von Mises (1881-1973), herdeiro da tradição austríaca fundada por Carl Menger (1840-1921) e desenvolvida por Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), foi, em sua época, o mais notável teórico da economia. Entre os seus *insights* mais conhecidos estão a impossibilidade do cálculo econômico sob o socialismo, as origens monetárias do ciclo econômico e a elucidação e a defesa do uso do raciocínio dedutivo nas Ciências Sociais<sup>1</sup>. Relativamente às políticas públicas, Mises foi um ferrenho defensor do livre mercado, da moeda forte e do império da lei. Na época em que viveu nos Estados Unidos (para onde emigrou em 1940), foi considerado membro do movimento conservador<sup>2</sup>, tendo escrito amiúde para publicações conservadoras, como *American Opinion*, *Christian Economics*, *Intercollegiate Review*, *Modern Age* e *National Review*. É preciso, porém, definir o conservadorismo político de Mises. Murray N. Rothbard (1926-1995) demonstrou que Mises foi um “defensor radical do *laissez-faire*”<sup>3</sup>, favorável à autodeterminação das nações e ao direito de secessão (mesmo para grupos pequenos), à Revolução Francesa e à livre imigração, e se opunha à guerra e ao militarismo – posições que não são características do conservadorismo. No entanto, o radicalismo político de Mises não encerrava qualquer simpatia pela libertinagem moral (a visão de que não se pode reprimir o comportamento humano com códigos de costumes e moral, sejam eles formais ou informais) ou pelo relativismo cultural (a visão de que todas as civilizações deveriam

ser consideradas igualmente válidas). Ao contrário, as posições de Mises a respeito de diversas questões culturais são características do moderno conservadorismo tradicionalista dos Estados Unidos<sup>4</sup>.

Este ensaio visa a apresentar as opiniões de Mises sobre algumas questões culturais, assim como a sua convicção de que determinadas instituições culturais se fortalecem numa ordem social baseada no *laissez-faire*. O artigo também visa a demonstrar que Mises não se opunha apenas à agenda política da esquerda, mas também à sua agenda cultural, que considerava incompatível com uma ordem social baseada no *laissez-faire* e mesmo contrária a ela.

Os socialistas não se preocupavam apenas com a economia política; também desejavam uma revolução nas instituições sociais, nos princípios morais, nas artes, nos costumes e nas relações entre os sexos e as raças. Para eles, política e economia estão inextricavelmente ligadas à cultura. Quem quer que defenda determinada ordem político-econômica não pode fechar os olhos para essa questão; e assim o fez Mises. Ele acreditava que o feminismo era uma reivindicação de igualdade, uma revolta contra a natureza

<sup>1</sup> Ver, por exemplo: ROTHBARD, Murray N. *The Laissez-Faire Radical: A Quest for the Historical Mises*. *Journal of Libertarian Studies*, Volume 5, Number 3, Summer 1981. p. 237-53.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo: NASH, George H. *The Conservative Intellectual Movement in America: Since 1945*. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 2ª ed. rev., 1996; EAST, John P. *The American Conservative Movement: The Founders*. Chicago: Regnery, 1986; FILLER, Louis. *Dictionary of American Conservatism*. New York: Philosophical Library, 1987.

<sup>3</sup> ROTHBARD. *The Laissez-Faire Radical*. p. 237-53.

<sup>4</sup> O próprio Mises condenava o termo “conservadorismo”, mas, por esse nome, entendia os sistemas sociais caracterizados por “estagnação” e “rigidez”, em que a função do governo é “impedir quaisquer inovações que ameacem a sua supremacia”. Essa definição de conservadorismo se aplicaria às culturas orientais e ao assistencialismo bismarckiano. Escrevendo no contexto da época e do lugar, Mises considerava o conservadorismo mais semelhante ao socialismo (e ao liberalismo norte-americano) do que ao *laissez-faire*. O uso que fazemos do termo “tradicionalista” tem relação com o emprego nos Estados Unidos contemporâneo, particularmente no contexto cultural: uma ênfase na família e no anti-igualitarismo, e a primazia das ideias, da arte e da literatura permanentes do Ocidente sobre a sua cultura popular. Ver, por exemplo: MISES, Ludwig von. *On Equality and Inequality*. In: EBELING, Richard M. (Ed.). *Money, Method, and the Market Process: Essays by Ludwig von Mises*. Norwell: Kluwer. 1990. p. 191; MISES, Ludwig von. *Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1985. p. 372, 376.

e, portanto, aparentado com o socialismo; que a família e a fidelidade conjugal eram indispensáveis à civilização; que era possível fazer amplas generalizações e, quiçá, afirmações científicas sobre as raças e os grupos étnicos; que as patentes desigualdades entre as raças deviam ser estudadas, mas não usadas para influenciar a política estatal; que o “eurocentrismo” era a perspectiva mais adequada; e que, para defender o livre mercado, não era preciso ser solidário com a cultura de massa e a contracultura (o que Mises definitivamente não foi). Com efeito, Mises era tão conservador em questões culturais que hoje seria considerado reacionário<sup>5</sup>.

## I - IGUALDADE VERSUS DESIGUALDADE

O tema central do tradicionalismo cultural miseano foi a desigualdade humana. É

---

<sup>5</sup> Observe o contraste entre o pensamento econômico e cultural de John Maynard Keynes (1883-1946) e o de Mises. Keynes, como o seu mentor filosófico G. E. Moore (1873-1958), era libertino em moral. Sobre os anos que passou em Cambridge, Keynes disse: “*Repudiávamos em absoluto os preceitos morais comuns, as convenções e o senso comum tradicional. Éramos, no sentido exato do termo, imoralistas [...] [N]ão reconhecíamos nenhuma obrigação moral sobre nós, nenhuma sanção interior a que nos conformar ou a que obedecer*” (SKIDELSKY, Robert. **John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920**. New York: Viking, 1986. p.142-43).

Charles Rowley argumenta que o libertinismo moral de Keynes está vinculado à sua economia, contrária à ortodoxia: “*O jovem Keynes gastaria suas forças em um ataque constante à ordem moral da Inglaterra vitoriana. Anos depois, Keynes combateria os preceitos fundamentais da economia política clássica: o padrão ouro, o laissez-faire e o princípio do equilíbrio orçamentário*”. Além disso, Keynes “*participava ativamente de organizações que se entregavam, com regularidade, a atividades criminosas [...] A hostilidade do criminoso às leis que infringe estende-se, geralmente, às normas e convenções mais gerais da sociedade em questão. [...] Desvinculando-se da lei, Keynes estava pronto para o ataque à economia política clássica, que culminou na sua General Theory*” (ROWLEY, Charles K. John Maynard Keynes and the Attack on Classical Political Economy. In: BUCHANAN, James M. ; ROWLEY, Charles K. & TOLLISON, Robert D. (Eds.). **Deficits**. New York: Basil Blackwell, 1986. p. 115, 121).

por essa razão que Mises se opunha a todas as formas de igualitarismo. “*Não podemos questionar o fato de que os homens nascem desiguais nas suas capacidades físicas e intelectuais*”, escreveu ele.

Há aqueles que superam seus semelhantes, na saúde e na vitalidade, na inteligência e nos talentos, na força e na determinação, e que, portanto, são mais talhados para a busca dos negócios terrenos do que o restante da humanidade<sup>6</sup>.

Ao adotar essa opinião, Mises afastava-se, como muitas vezes o fez, do *establishment* das ciências sociais da época. Ele cita a afirmação da *Encyclopaedia of the Social Sciences* [Enciclopedia de Ciências Sociais], publicada em 1930, de que “*os seres humanos recém-nascidos, independentemente da hereditariedade, são tão iguais quanto os automóveis da Ford*”.

O mercado possibilita a existência da sociedade, principalmente por ser o único meio de cooperação social que leva em conta a desigualdade intrínseca entre os homens. Se todo homem fosse idêntico aos demais (o que tornaria todos os recursos naturais igualmente disponíveis a todas as pessoas), não haveria dúvidas quanto à formação do capital, à divisão de trabalho e ao capitalismo. De fato, se a suposição de igualdade fosse verdadeira, não haveria problemas econômicos ou sociais a debater. Assim, quando procura defender a ideia da divisão do trabalho, propalada pelos economistas clássicos, o primeiro motivo que Mises apresenta é a “*desigualdade natural entre os homens*”. O mercado, por meio da lei de associação, proporciona o meio para que todos os homens cooperem sob a divisão social do trabalho, possibilitando a todos buscar as ocupações, sejam banais ou extraordinárias, que lhes sejam mais apropriadas, segundo os talentos, as capacidades e as inclinações de cada um<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> MISES. On Equality and Inequality. p. 190-91.

<sup>7</sup> MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Pref. Ludwig von Mises; Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª edição, 2010. p. 198-207.

A não ser por meio de informações geradas pelo mercado, o estado não é capaz de saber que ocupação é a mais apropriada para o indivíduo. Devido às limitações impostas pela natureza a todas as pessoas, em diversos graus, é vã a tentativa do Estado de erradicar as desigualdades. Tentá-lo fará com que as condições sociais necessariamente piores<sup>8</sup>.

Mises acreditava na doutrina da igualdade perante a lei, mas era contra a tentativa de deduzir essa igualdade da suposta igualdade entre todos os homens: “*Somente os inimigos mortais da liberdade individual e da autodeterminação*” o fazem<sup>9</sup>. Em vez disso, sustentava que a igualdade perante a lei, mais do que qualquer outro sistema, proporciona a cooperação social e a prosperidade. Se se faz da igualdade um objetivo social, os indivíduos não de ser tratados desigualmente perante a lei. A igualdade e o império da lei são incompatíveis<sup>10</sup>. Tampouco se deveria justificar a democracia, ou a “*democracia representativa*”, em termos de igualdade; fazê-lo é “*errado e insustentável*”<sup>11</sup>. Aqueles que defendem a “*superioridade inte-*

*lectual e moral das massas*”, ou que dizem que “*a voz do povo é a voz de Deus*”, estão quase sempre tentando “*substituir o governo representativo pelo despotismo*”<sup>12</sup>. Para Mises, a democracia tem somente uma razão de ser: a alternância pacífica de governos. A lei da maioria não é um “*princípio metafísico [...]*”<sup>13</sup>.

Mises, portanto, adotava uma posição radicalmente contrária ao igualitarismo político e cultural que há muito constitui o princípio operacional do Estado moderno<sup>14</sup>.

## II - SEXO, FAMÍLIA E FEMINISMO

Pode-se encontrar uma pungente ilustração do anti-igualitarismo de Mises em seus escritos sobre sexualidade, família, amor livre e feminismo. Ainda que as opiniões de Mises não fossem fruto de um respeito à tradição, ele concluiu que as leis e as instituições tradicionais derivam, sem dúvida, da interação natural entre homens e mulheres livres, e que essas leis e instituições se formam pela necessidade biológica da divisão sexual do trabalho, associada à lei de contrato, a qual exerceu efeito civilizador nas relações sexuais.

### II.A - O Instinto Sexual

Na obra *Socialism: An Economic and Sociological Analysis* [Socialismo: Uma Análise

<sup>8</sup> A desigualdade entre os homens também é citada como argumento contra a educação pública universal. Além do seu potencial para gerar abuso por parte dos funcionários do governo, os fins da educação pública são socialistas e pouco realistas. (MISES, Ludwig von. **Omnipotent Government: The Rise of Total State and Total War**. New Rochelle: Arlington House, 1969. p. 82-83, 276). Os Estados Unidos “*embarcaram na nobre experiência*” de “*transformar todo garoto e toda garota numa pessoa educada*”, fazendo-os “*passar na escola o tempo dos seis aos dezoito anos de idade*”. O objetivo de fazer com que todos os americanos terminassem a escola secundária só foi alcançado com a “*destruição*” dos “*valores de saber e ciência*” da escola. “*Quando se reduz os padrões de ensino das escolas secundárias e das faculdades para que a maioria dos jovens, os menos talentosos e menos aplicados, adquira o diploma, o que ocorre é que a minoria, aquela capaz de aproveitar o ensino aí ministrado, sai prejudicada. A experiência das últimas décadas na educação americana confirma a existência de diferenças inatas nas capacidades intelectuais do homem, que nenhum projeto educativo pode erradicar*” (Idem. On Equality and Inequality. p. 195-96).

<sup>9</sup> Ibidem. p. 190.

<sup>10</sup> Idem. **Ação Humana**. p. 952-54.

<sup>11</sup> Idem. On Equality and Inequality. p. 196.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 197.

<sup>13</sup> Mises defendia a democracia por uma questão prática, por acreditar ser ela o sistema mais apropriado para a cooperação social – posição derivada do utilitarismo miseano, fundamentado na prática. Devem-se considerar todas as preferências individuais igualmente válidas na ordem social, embora as escolhas individuais não sejam todas igualmente válidas do ponto de vista moral ou estético (Ibidem. p. 197). Sobre Mises e o utilitarismo, ver: YEAGER, Leland B. Mises as Utilitarian. In: HERBENER, Jeffrey (Ed.). **The Meaning of Ludwig von Mises**. Norwell: Kluwer, 1991.

<sup>14</sup> Ver, por exemplo: MORA, Gonzalo Fernandez de la. **Egalitarian Envy: The Political Foundations of Social Justice**. New York: Paragon House, 1987; SCHOECK, Helmut. **Envy: A Theory of Social Behavior** [1966]. Indianapolis: Liberty Press, 1987.

Econômica e Sociológica]<sup>15</sup>, Mises procurou refutar os argumentos daqueles que desejavam derrubar a “ordem natural” capitalista em prol de um coletivismo antinatural. Assim, Mises atacou toda a agenda socialista, na qual via uma lógica destrutiva, apesar de sua coerência interna. Mises observou que:

as propostas para transformar as relações entre os sexos há muito andam de mãos dadas com os planos para a socialização dos meios de produção”. “O matrimônio haverá de desaparecer juntamente com a propriedade privada. [...] Quando o homem se livrar do jugo do trabalho, o amor se libertará de todas as peias econômicas que o profanaram. O socialismo promete não apenas bem-estar – riqueza para todos –, mas também a felicidade geral no amor<sup>16</sup>.

Mises não via nada de degradante nas relações sexuais; condenava a opinião de que o sexo deveria ser visto como um mal necessário. Para Mises, as relações sexuais se vinculavam à inclinação sensual do homem. A fim de alcançar sua expressão mais elevada, no entanto, a sensualidade deve vir acompanhada da disciplina que somente os seres humanos, e não os animais, podem alcançar<sup>17</sup>. Com efeito, o processo de tornar-se homem está ligado, em última análise, à luta pela disciplina sexual e pela fidelidade na vida familiar monogâmica. “Há um processo por que deve passar cada indivíduo em sua vida, se quiser que as suas energias sexuais se libertem da forma difusa que têm na infância e assumam sua forma final madura”, escreveu Mises. “O indivíduo precisa desenvolver a força psíquica interior necessária para impedir o fluxo difuso de energia sexual; essa força, como uma barragem, canalizará a energia sexual”<sup>18</sup>. Citando Sigmund Freud (1856-1939), disse que não é fácil conduzir esse processo

necessário de controle da “energia sexual” e que “nem todos escapam ilesos da tensão e da luta de tal transformação. Muitos sucumbem, muitos se tornam neuróticos ou enlouquecem”.

Nesse esforço por tomar as rédeas dos impulsos sexuais, a maior parte dos homens domina seus instintos e aprende a controlar sua energia sexual – o que constitui componente essencial de uma vida serena e realizada. Ao fazê-lo, alguns homens “se voltam para a religião, outros, para a filosofia, e há ainda outros que encontram satisfação na vida cotidiana”<sup>19</sup>. Mas há um grupo que jamais se adapta: o dos “homens que não sabem onde, nem como encontrar a paz”. “Desejam alcançar e agarrar a felicidade a qualquer preço. Com toda a força, comprimem-se entre as barras que aprisionam seus instintos”. Com esses homens, os casamentos são frequentemente “arruinados”, não por causa da ordem social capitalista – como pretendiam os socialistas –, mas por causa de uma “doença” que “não nasce de fora, mas de dentro, e que se desenvolve a partir das inclinações naturais das partes envolvidas”.

Segundo Mises, a neurose originada da luta pela fidelidade foi explorada pelos socialistas e utopistas desejosos de levar adiante seus planos políticos. Aliás, “isso era mesmo de se esperar, uma vez que muitos desses indivíduos eram eles mesmos neuróticos que sofriam as consequências do desenvolvimento anômalo de seus instintos sexuais”<sup>20</sup>. Mises chegou a propor um plano de pesquisa: ao se referir à socialista François Marie Charles Fourier (1772-1837), o economista austríaco notou que “se evidencia, em todas as linhas de seus escritos,” um “distúrbio” sexual. “Pena que ninguém tenha se ocupado em investigar a história de vida dela pelo método psicanalítico”<sup>21</sup>.

Ao tratar da função do sexo, Mises distinguiu claramente homens de mulheres. Escreve ele:

É evidente que o sexo é menos importante na vida do homem do que na da mulher. A

---

<sup>15</sup> MISES, Ludwig von. **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Indianapolis: Liberty Classics, 1981.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 74.

<sup>17</sup> Ibidem. p. 88.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 74.

<sup>19</sup> Ibidem. p. 84.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 75.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 75.

satisfação leva-o a relaxar e a descansar a cabeça. Para a mulher, todavia, aqui começa o fardo da maternidade. O destino dela está completamente circunscrito pelo sexo; o que, na vida do homem, é apenas um incidente. Por mais que ele ame com ardor e sem reservas, e por mais que se sobrecarregue pela mulher, permanece sempre acima do sexual. E, afinal, até as mulheres desprezam o homem inteiramente absorvido pelo sexo. A serviço do instinto sexual, porém, a mulher há de se esgotar a si mesma no amor e no papel de mãe. Diante de todas as preocupações trazidas pelo trabalho, o homem poderá, às vezes, encontrar dificuldade em preservar sua liberdade interior e desenvolver sua individualidade, mas para ele a vida sexual não será o principal fator de dispersão. Entretanto, para a mulher, o sexo é o maior obstáculo<sup>22</sup>.

Mises pensava que o destino de civilizações inteiras se articulava em torno do modo como lidavam com as relações entre os sexos. O modo adequado estabelece uma cooperação entre os sexos, de maneira que os homens não sejam “arrastados pelas mulheres” para as “baixas esferas da servidão psíquica” (ao se fixarem nos impulsos sexuais e na satisfação dos sentidos) e de maneira que possibilite às mulheres preservar a “liberdade da vida interior” (ao participarem de relações sexuais com mútuo consentimento). Alcançar esse ideal constitui “parte do problema cultural da humanidade”. Por exemplo, o malogro em atingir a cooperação sexual “destruiu o Oriente”.

Todos os movimentos progressistas que partiam do desenvolvimento da personalidade foram frustrados prematuramente pelas mulheres, que logo empurravam os homens de volta ao miasma do harém.

Mises discordava daqueles que sustentavam que os orientais “compreenderam muito melhor do que toda a filosofia europeia as questões fundamentais da existência”. Na verdade, “eles nunca conseguiram alcançar a liberdade em questões sexuais”, o que “selou o destino de sua cultu-

ra”. Analogamente, segundo Mises, os gregos erraram ao excluir da sua cultura a mulher casada. Para o homem grego, o

amor estava reservado apenas à hetera. E, por vezes, nem com ela encontrava ele satisfação, voltando-se, então, para o amor homossexual. Platão (427-347 a.C.) pensava que o amor entre rapazes se transfigurava na união espiritual entre os amantes. [...] Para ele, o amor da mulher não ia além da satisfação grosseira dos sentidos<sup>23</sup>.

Para que homens e mulheres chegassem a compreender, civilizadamente, os seus respectivos papéis sexuais, era necessário superar a tentação da “satisfação grosseira dos sentidos”.

A prostituição vai de encontro a esse espírito de cooperação. Por muito tempo, os socialistas afirmaram que a prostituição era fruto do capitalismo, sendo as mulheres forçadas a vender seus corpos a homens exploradores. Mises observa que a “prostituição é uma instituição muitíssimo antiga, conhecida praticamente por todos os povos que já existiram”<sup>24</sup>. Trata-se de um “vestígio” da era pré-capitalista e “não de um sintoma da decadência da cultura superior [o capitalismo do Ocidente]”. Foi o “ideal do capitalismo” que, ao insistir em “direitos morais iguais para homens e mulheres”, ajudou a criar a “necessidade de os homens se absterem de sexo fora do casamento”. É por isso que, de acordo com Mises, o capitalismo estorva a prostituição. Aqui ele aplica o modelo segundo o qual tudo aquilo que concorda com a natureza do homem – como a fidelidade sexual no casamento – será favorecido pelo único sistema econômico que também está de acordo com a natureza do homem: o capitalismo.

Ao igualar todos os salários e acabar com todos os meios de obtenção de riqueza, o socialismo poderia talvez eliminar a “tentação econômica da prostituição”<sup>25</sup>, mas isso não resolveria os problemas relacionados ao instinto

<sup>22</sup> Ibidem. p. 88.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 89.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 92.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 92.

sexual. Ao contrário, as queixas dos socialistas em relação à desordem das vidas sexuais no regime capitalista tornar-se-iam realidade sob o socialismo. *“Ao retomar o princípio da violência”* e criar condições de desequilíbrio contrárias à cooperação social, o socialismo *“levará, enfim, à promiscuidade na vida sexual”*<sup>26</sup>.

## II.B - Casamento versus Amor Livre

Mises considerava o casamento uma instituição social inevitável, pois é parte de *“uma adaptação do indivíduo à ordem social, em que determinado campo de ação lhe é destinado, com todas as suas tarefas e exigências”*<sup>27</sup>. O casamento, diz ele, conduz as rédeas dos instintos sexuais do homem e possibilita à mulher alcançar aquilo que, de acordo com a natureza e a biologia, constitui a sua função primária: gerar filhos e cuidar da família.

Os socialistas movem guerra contra isso. *“De fato, o marxismo visa a combater o casamento, assim como procura justificar a abolição da propriedade privada”*<sup>28</sup>. Os marxistas sustentam que o casamento nunca fez parte da sociedade natural e que o capitalismo criou *“todos os males imagináveis”*, incluindo o casamento e a submissão das mulheres aos homens<sup>29</sup>.

Na tentativa de refutar a versão marxista da história, Mises considerou duas fases históricas nas relações entre os sexos: a era da violência e a era do capitalismo. Durante a era da violência,

a agressividade masculina, inerente à própria natureza das relações sexuais, é levada ao extremo. O homem apodera-se da mulher e mantém-na como objeto sexual, do mesmo modo com que possui outros bens do mundo exterior. A mulher torna-se inteiramente uma coisa. É roubada e comprada;

é oferecida, vendida e mandada embora; em suma, é como uma escrava doméstica”<sup>30</sup>.

Ademais, onde vigora o princípio da violência, a poligamia é generalizada. Cada homem tem tantas esposas quantas é capaz de defender. As esposas são uma forma de propriedade, a qual é sempre melhor ter em abundância do que pouco<sup>31</sup>.

Tal situação não poderia durar mais tempo do que o próprio socialismo. *“É contrário à natureza que o homem veja a mulher como um ser sem vontade própria”*. Mises explica que o *“ato sexual é um dar-e-receber mútuo, e a atitude meramente passiva da mulher reduz o prazer masculino. Para se satisfazer, o homem precisa despertar a reação dela”*. Uma vez reconhecido esse fato, fica claro que

O vencedor que levou para a sua cama uma escrava e o comprador que adquiriu a mulher vendida pelo pai têm necessidade de ir atrás daquilo que a violação da mulher não lhes pode dar. O homem que exteriormente se mostra senhor absoluto da esposa não tem tanto poder em sua própria casa como crê; ele há de conceder parte de seu poder de domínio à mulher, ainda que vergonhosamente esconda isso do mundo<sup>32</sup>.

A era da violência também ia *“contra a natureza”*, uma vez que *“a marca do amor, isto é, a valorização excessiva do seu objeto, não pode existir quando a mulher está numa posição de desprezo. [...] Pois, nesse esquema, ela é meramente uma escrava, conquanto seja da natureza do amor concebê-la como uma rainha”*. Sob a violência, o ato sexual tornar-se-á *“um esforço físico extraordinário, que tem êxito somente com a assistência de estímulos especiais. E isso se dá tanto mais quanto mais o indivíduo é compelido pelo princípio da violência”*, dificultando cada vez mais as relações sexuais<sup>33</sup>. O advento do capitalismo,

<sup>26</sup> Ibidem. p. 91.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 85.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 75.

<sup>29</sup> Ver, por exemplo: SHAFAREVICH, Igor. Socialism in Our Past and Future. In: SOLZHENITSYN, Alexander et al. (Eds.). **From Under the Rubble**. Boston: Little, Brown & Co., 1975. p. 26-66.

<sup>30</sup> MISES. **Socialism**. p. 76.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 81.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 78.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 78.

todavia, corrigiu isso ao fazer com que as relações entre os sexos se harmonizassem mais com a natureza. A sociedade passou a ver as relações conjugais como um contrato, que faz da *“esposa um parceiro com direitos iguais. De uma relação unilateral que repousa na força, o casamento torna-se, então, um acordo mútuo. [...] Passo a passo, a mulher ganha a posição que hoje ocupa no lar”*<sup>34</sup>.

Todos os ideais modernos de casamento nascem do contrato:

Que o casamento une um homem a uma mulher; que somente por meio da livre vontade de ambas as partes pode haver casamento; que ele impõe o dever de fidelidade mútua; que a violação dos votos de casamento por parte do homem não deve ser julgada de modo diferente daquele da violação dos votos por parte da mulher; que os direitos do marido e da esposa são fundamentalmente os mesmos<sup>35</sup>.

Tal mudança se reflete na postura antiga e na capitalista em relação ao divórcio. No *“direito moderno”*, o homem já não tem o *“direito de abandonar a esposa”*. Mises observa que *“a Igreja lidera a luta contra o divórcio”*, mas diz que se deve

lembrar que a existência do ideal moderno de casamento monogâmico – em que marido e mulher têm direitos iguais –, ideal que a Igreja defende, é resultado do desenvolvimento capitalista, não do desenvolvimento eclesiástico<sup>36</sup>.

Mises também rebateu a alegação dos socialistas e dos libertinos, que diziam que a validade do casamento deveria ser contestada porque alguns homens de gênio não o admitiriam. É verdade, afirma ele, que

o gênio não se deixa embarçar por considerações de bem-estar dos outros homens, nem mesmo daqueles que lhe são próximos. Os laços do casamento tornam-se cadeias insuportáveis que o gênio tenta desatar ou, ao menos,

afrouxar para que possa mover-se livremente. [...] É de fato raro que ele tenha a felicidade de encontrar uma mulher que deseje e consiga acompanhá-lo em seu caminho solitário<sup>37</sup>.

Mises escreve que tal fato foi *“reconhecido há muito tempo”*. *“As massas aceitaram-no tão indiscutivelmente que o homem que traísse a esposa se sentia no direito de justificar seu ato nesses termos”*. O verdadeiro gênio, porém, *“é raro, e uma instituição social não se impossibilita simplesmente porque um ou dois homens não conseguem ajustar-se a ela”*<sup>38</sup>.

Os socialistas também se referiram aos casamentos infelizes para questionar a própria instituição. Mises concordou que fosse pouco realista *“os casados exigirem que a união matrimonial satisfaça-lhes os desejos permanentemente”*, ainda que apenas o casamento tenha estabelecido tal ideal, para o seu próprio mérito. Mas esse argumento traz um risco. *“Sabemos por certo que o desejo satisfeito se arrepece cedo ou tarde e que seria vã a tentativa de tornar permanentes as horas fugidias do relacionamento amoroso”*. Mises responde aos socialistas dizendo que *“não podemos culpar o casamento por sua incapacidade de transformar nossa vida terrena numa série infinita de momentos de êxtase, todos resplandecentes com os prazeres do amor”*<sup>39</sup>. A maioria dos casamentos, afirmou Mises, não se encaixam na caricatura socialista – amargos, doentios, abusivos –, sobretudo aqueles *“abençoados com filhos”*. Nestes, o

Amor conjugal dilui-se devagar e imperceptivelmente; em seu lugar, desenvolve-se uma afeição de amizade, que, por muito tempo, será interrompida, de quando em quando, por um breve tremeluzir do velho amor; viver juntos torna-se um hábito, e os pais encontram nos filhos, em cujo desenvolvimento revivem a própria juventude, um prêmio pela renúncia que um dia se viram forçados a fazer, enquanto a velhice vai-lhes roubando o vigor<sup>40</sup>.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>35</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>36</sup> Ibidem. p. 83.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 85-86.

<sup>38</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>39</sup> Ibidem. p. 85.

<sup>40</sup> Ibidem. p. 83-84.

Mises observa que “nenhum livro socialista alemão foi mais lido ou melhor lido, como propaganda, do que *A mulher e o socialismo, de August Bebel (1840-1913), cuja finalidade principal é anunciar o amor livre*”<sup>41</sup>. Isso porque o “amor livre é a solução radical dos socialistas para os problemas sexuais”<sup>42</sup>. No amor livre, a “escolha amorosa torna-se inteiramente livre”, de modo que homens e mulheres se “unem ou se separam de acordo com os meros ditames de seus desejos”. Todos os filhos são alimentados, sustentados e educados pelo Estado. E as “relações entre os sexos deixam de ser influenciadas pelas condições sociais e econômicas”.

A resposta da teologia moral, contudo, é “completamente inadequada”<sup>43</sup>. Segundo Mises, a liberdade sexual radical não interessa a homens e mulheres. O amor livre rebaixa a sexualidade, reduzindo a beleza e a sensualidade à mera promiscuidade e potência. Somente o casamento une o homem à mulher “como companheiros e parceiros iguais, nascidos livres”. O contrato possibilita à mulher “rejeitar quem ela quiser rejeitar” e “exigir fidelidade e constância do homem a quem ela se entregar”<sup>44</sup>. O amor livre vai contra a natureza, assim como todas as tentativas “pseudodemocráticas” de “apagar as desigualdades naturais e as condicionadas pela sociedade”. Em sua campanha pela igualdade absoluta, os socialistas perseguem um padrão coerente. Esforçam-se para “tornar as mulheres iguais aos homens”, objetivo que será frustrado pela natureza, que tampouco dará apoio à tentativa de igualar “os fortes aos fracos, os talentosos aos sem talento e os saudáveis aos doentes”<sup>45</sup>.

Em relação à guarda de crianças pelo Estado, que os defensores do amor livre rei-

vindicam, Mises escreveu que “tirar os filhos de uma mulher e colocá-los numa instituição é tirar parte da vida dela; e, arrancados do seio da família, os filhos são privados das influências mais determinantes na sua vida”. Para que cresça como um “ser humano saudável”, a criança deve aprender a amar com os pais. Eis por que a guarda de crianças pelo Estado conduz à “neurose e à homossexualidade”<sup>46</sup>. “Não é por acaso”, diz Mises, que Platão, que “via nas relações entre os sexos apenas a satisfação de um desejo sexual”, também propôs que se “tratassem homens e mulheres de maneira radicalmente igual, que as relações sexuais fossem reguladas pelo Estado” e que “os bebês fossem mandados para creches públicas ao nascer”<sup>47</sup>.

### III.C - O feminismo como uma revolta contra a natureza

Mises distinguiu claramente entre dois tipos de igualdade. O primeiro exige que a lei trate todos de maneira imparcial. O segundo vai contra a natureza, ao exigir a eliminação de todas as desigualdades naturais e sociais. Mises pensava que a busca do segundo resultaria, invariavelmente, na eliminação do primeiro. Ou seja, a busca da igualdade absoluta implica que as pessoas serão tratadas de forma desigual – e injusta – por meio da coerção estatal.

Na obra *Liberalism* [Liberalismo]<sup>48</sup>, Mises se refere negativamente aos primeiros liberais, que pensavam que “Deus criou todos os homens iguais, provendo-os fundamentalmente das mesmas capacidades e talentos, inspirando, em todos eles, o sopro do Seu espírito”. Acreditava-se que “todas as distinções entre os homens” fossem “fruto de instituições sociais, humanas – quer dizer, de instituições transitórias”. Os socialistas, embora defendam outro tipo de igualdade,

<sup>41</sup> Ibidem. p. 74.

<sup>42</sup> Ibidem. p. 87.

<sup>43</sup> Ibidem. p. 87.

<sup>44</sup> Ibidem. p. 91.

<sup>45</sup> Neste ponto da exposição, Mises acrescenta uma nota de rodapé: “Investigar até que ponto as demandas radicais do feminismo foram criadas por homens e mulheres cuja sexualidade não se desenvolveu normalmente iria além dos limites estabelecidos para esta exposição” (Ibidem. p. 90).

<sup>46</sup> Ibidem. p. 91.

<sup>47</sup> Ibidem. p. 91.

<sup>48</sup> MISES, Ludwig von. **Liberalism: A Socio-Economic Exposition**. Kansas City: Sheed, Andrews & McMeel, 1978.

baseiam-se no mesmo pressuposto. Sobre essas opiniões, Mises diz que “*nada*” é tão infundado quanto a afirmação da suposta igualdade de todos os membros da espécie humana. [...] Os homens não são iguais, e a reivindicação de igualdade perante a lei não pode se basear na convicção de que compete a iguais um tratamento igual<sup>49</sup>.

Justamente porque enaltecia a igualdade perante a lei e não aceitava a “*igualdade radical*”, Mises não tinha a menor simpatia pelas feministas.

O “*feminismo do século XIX*”, que Mises recusou, sustentava que o casamento impunha às mulheres sacrifícios pessoais, privando-as de toda a liberdade, ao passo que “*dava aos homens campo suficiente para desenvolver suas aptidões*”. Falava-se da “*natureza imutável do casamento, que explora o marido e a mulher, rebaixando a esposa, a parte mais frágil, à condição de empregada do homem*”. Para as feministas do século XIX, era impossível reformar o casamento; “*somente a abolição total da instituição poderia sanar o mal*”. O casamento deveria ser substituído por “*relacionamentos mais desprendidos, que dariam liberdade a ambas as partes*”<sup>50</sup>. Mises tampouco aprovava o feminismo do século XX. Ambos os feminismos fechavam os olhos para o

fato de que não é o casamento ou o vínculo com o marido, os filhos e o lar que tolhem a expansão das capacidades e aptidões da mulher, mas a forma mais absorvente por meio da qual a função sexual afeta o corpo feminino<sup>51</sup>.

Sobre a reivindicação de igualdade radical, Mises diz que

Não se pode abandonar a diferença entre caráter sexual e destino sexual, como tampouco é possível ignorar outras desigualdades da humanidade. Não é o casamento que mantém a mulher cativa interiormente, mas o fato de que o seu caráter sexual exige que

ela se entregue a um homem e que as suas melhores energias se consumam na relação com o marido e os filhos. Para a mulher que deseja realizar-se no trabalho não há nenhuma lei humana que a impeça de abrir mão do amor e do casamento. Para aquelas que não fazem essa renúncia, porém, não sobra força suficiente para serem senhoras da própria vida, como sucede com o homem. É o sexo, a dominar por completo a personalidade feminina, que acorrenta a mulher, e não o casamento ou a família. Ao ‘abolirmos’ o casamento, não tornaríamos a mulher mais livre ou mais feliz; simplesmente lhe tiraríamos da vida a parte mais substancial, sendo incapazes, contudo, de lhe dar algo em troca<sup>52</sup>.

Para Mises, tais fatos imutáveis influenciam na divisão de trabalho entre homens e mulheres. Ele examinou o que acreditava serem as limitações naturais das mulheres na divisão do trabalho, bem como a sua capacidade de alcançar talento e importância no mesmo nível que os homens:

A gravidez e o cuidado dos filhos reclamam os melhores anos da vida da mulher, anos em que um homem poderá pôr suas energias a serviço de grandes empreendimentos. Haverá talvez quem pense que a distribuição desigual do fardo da reprodução seja uma injustiça da natureza ou que seja errado a mulher dar à luz e amamentar os filhos, mas isso não altera a realidade. Talvez a mulher possa escolher entre, por um lado, renunciar à alegria mais verdadeiramente feminina, a alegria de ser mãe, e, por outro, renunciar ao desenvolvimento mais viril de sua personalidade, que se dá na ação e na iniciativa. Mas talvez não tenha essa escolha. Pode ser também que, ao suprimir o desejo de ser mãe, a mulher esteja a se infligir uma ferida que se manifestará em todas as outras funções do seu ser. Qualquer que seja a verdade a esse respeito, resta o fato de que, quando a mulher se torna mãe, dentro ou fora do casamento, não pode mais conduzir a sua vida de maneira tão livre e independente quanto o homem. Mulheres

<sup>49</sup> Ibidem. p. 28.

<sup>50</sup> Idem. *Socialism*. p. 86.

<sup>51</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>52</sup> Ibidem. p. 90.

extraordinariamente talentosas serão talvez capazes de feitos excelentes, mesmo sendo mães; no entanto, por terem as funções do sexo a primazia na mulher, o gênio e os grandes empreendimentos foram-lhes negados<sup>53</sup>.

Mises resumiu sua opinião sobre o feminismo ao distinguir entre a reivindicação das mulheres por um *status* jurídico igual ao dos homens – desejo perfeitamente compatível com a natureza humana e com o capitalismo – e a reivindicação, radical e de caráter socialista, por uma igualdade absoluta. Escreveu ele:

Se o feminismo busca equiparar legalmente a situação da mulher com a do homem; se busca dar à mulher liberdade legal e econômica para se desenvolver e agir segundo suas inclinações, desejos e circunstâncias econômicas – então o feminismo não é mais que um ramo do movimento liberal, a defender o progresso pacífico e livre. Mas quando o feminismo vai além disso e ataca as instituições sociais, tentando assim remover as barreiras naturais, age como um filho espiritual do socialismo. Pois é próprio do socialismo atribuir às instituições sociais a origem de fatos imutáveis da natureza e empenhar-se em reformá-las a fim de reformar a natureza mesma<sup>54</sup>.

De acordo com Mises, estariam fadadas ao fracasso as tentativas de incluir o feminismo na lista dos defensores da liberdade, uma vez que as duas ideologias discordam fundamentalmente no que diz respeito às limitações que a natureza impôs às possibilidades humanas<sup>55</sup>. É por isso que Mises achava que as políticas públicas referentes às relações entre os sexos haviam alcançado o seu ideal no começo do século XX. *“Hoje, a posição da mulher difere da do homem apenas na medida em que diferem os seus respectivos modos de ganhar*

*a vida”*<sup>56</sup>. O que restou da velha ordem não tinha importância:

pouco importam os resquícios dos privilégios dos homens. São privilégios de honra. Por exemplo, o fato de a esposa ainda carregar o sobrenome do marido<sup>57</sup>.

Mises tampouco se interessou pelas leis que regulavam a vida privada. Escreve ele:

O homem e a mulher agora são iguais perante a lei. As pequenas diferenças que ainda existem no direito privado não têm nenhuma importância prática. Não tem particular importância o fato de, por exemplo, a lei obrigar a esposa a ser obediente ao marido; enquanto durar o casamento, uma das partes terá de obedecer à outra, e se é o marido ou a esposa que representa a parte mais forte não é decerto uma questão a ser decidida por uns parágrafos do código legal<sup>58</sup>.

Mas é aos objetivos políticos do feminismo que Mises dedicou a sua crítica mais dura. Para ele, as leis contrárias ao sufrágio feminino e à eleição de mulheres para o funcionalismo público expressavam, em grande parte, aquilo que é inerente à natureza. Mises escreve:

Deixaram de ter maior importância a restrição dos direitos políticos das mulheres e o fato de serem-lhes negados o voto e o direito de ocupar cargos públicos. Pois, ao se conceder direito de voto às mulheres, proporcionalmente a força política dos partidos políticos não sofre, no todo, grandes alterações; as mulheres desses partidos, as quais terão de arcar com as futuras mudanças (de forma alguma mudanças importantes), tornar-se-ão, para o seu próprio benefício, adversárias, e não defensoras, do sufrágio feminino. Nega-se menos o direito de ocupar cargos públicos às mulheres, em função das restrições legais de seus direitos, do que em função das peculiaridades de seu caráter sexual. Sem subestimar o valor da luta das

<sup>53</sup> Ibidem. p. 86.

<sup>54</sup> Ibidem. p. 87.

<sup>55</sup> Comparar com: MCELROY, Wendy. **Freedom, Feminism, and the State**. Washington, D.C.: Cato Institute, 1982. p. 3-26.

<sup>56</sup> MISES. **Socialism**. p. 82.

<sup>57</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>58</sup> Ibidem. p. 89.

feministas para expandir os direitos civis da mulher, pode-se, contudo, arriscar a dizer que os desrespeitos ao *status* legal da mulher, que subsistem na legislação dos estados civilizados, não prejudicam gravemente nem as mulheres, nem a comunidade<sup>59</sup>.

### III - RAÇA E ETNIA

O tradicionalismo cultural de Mises também fez com que ele se opusesse ao igualitarismo, na medida em que este leva em conta os traços distintivos de determinados grupos raciais e étnicos. Mises acreditava que todos os seres humanos são desiguais por natureza e que as desigualdades entre eles podem ser generalizadas segundo os padrões sociais que se desenvolvem em termos de raça e etnia. Considerava legítimos, dentro do seu próprio contexto científico, os estudos que tratavam das referidas diferenças raciais e étnicas. Mas condenava as diferenças de tratamento entre os diversos grupos, impostas pelo Estado, e queria que todos os grupos participassem da divisão do trabalho, independentemente de suas capacidades intelectuais e sociais.

Desde o princípio, Mises condenou a teoria do determinismo racial e a categorização racial rígida, sobretudo quando defendidas pela pseudociência. Manifestou frustração e até desgosto ante certas tentativas para diferenciar grupos raciais. Em *Nation, State, and Economy* [Nação, Estado e Economia]<sup>60</sup>, uma de suas primeiras obras, Mises escreve: “De fato, é muito pouco o que as ciências [raciais] descobriram até agora, e o que se sabe está repleto de erros, fantasia e misticismo”<sup>61</sup>. Mises apresentou objeções contra os procedimentos pouco científicos dos racistas, os quais ele considerava “impossíveis de condenar de maneira categórica o bastante”<sup>62</sup>. Eles tratavam do tema da raça baseados em “um espírito completamente acrí-

tico”. “Mais interessados em cunhar slogans do que no progresso do conhecimento, escarnekem de todos os critérios exigidos pelo pensamento científico”. Por causa dessas asneiras, o “conhecimento científico” das qualidades inatas do homem “ainda está engatinhando”<sup>63</sup>. Como exemplo de má ciência, Mises cita o “índice craniano” de Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), baseado na postulação de relações fixas entre o físico e o mental que “não existem”. “Medições mais recentes mostraram que homens dolicocefalos não são sempre loiros, bons, nobres e cultos, e que os tipos braquicefalos não são sempre negros, perversos, ordinários e sem cultura”<sup>64</sup>.

Além disso, Mises descartou a ideia de que é possível estudar as raças baseando-se em um padrão “puro”, uma vez que “todos os povos surgiram de uma mistura de raças”. Pode-se, inclusive, demonstrar que amiúde as pessoas das camadas inferiores da sociedade têm “sangue” mais puro do que aquelas das camadas superiores, em que são comuns os “ancestrais estrangeiros”<sup>65</sup>. Daí que não se possa identificar, na biologia, simplesmente, a raiz das vantagens raciais observadas: “o resultado incontestado das [...] investigações científicas é que os povos de pele clara – europeus e não europeus descendentes de ancestrais europeus que emigraram – representam uma mistura de diversas características físicas”. A ciência também não descobriu uma associação entre o tamanho corporal e as características mentais e morais do indivíduo: “todos esses esforços também malograram”<sup>66</sup>.

Fator determinante no curso dos eventos históricos, a organização das pessoas em uma “nação”, definida em termos de idioma, é da “maior importância” quando comparada com a “pouca importância” que a raça desempenha na constituição dos movimentos culturais e políticos. Quanto ao contra-argumento *a priori* de que a raça seria o fator mais impor-

<sup>59</sup> Ibidem. p. 89-90.

<sup>60</sup> MISES, Ludwig von. *Nation, State, and Economy*. New York / London: New York University Press, 1983.

<sup>61</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>62</sup> Idem. *Socialism*. p. 289.

<sup>63</sup> Ibidem. p. 288.

<sup>64</sup> Ibidem. p. 289.

<sup>65</sup> Idem. *Nation, State, and Economy*. p. 10.

<sup>66</sup> Idem. *Omnipotent Government*. p. 182.

tante nos eventos históricos, Mises considerava-o puro diletantismo<sup>67</sup>.

No entanto, Mises acreditava na importância dos fatores raciais no desenvolvimento social e cultural, e pensava que não se devia descartar a possibilidade de uma legítima investigação científica sobre eles. Não deveríamos nos enganar e,

irrefletidamente, deixar de lado o problema racial em si. Dificilmente haverá outro problema cujo esclarecimento mais poderia contribuir para o aprofundamento de nosso conhecimento histórico. Pode ser que o caminho para a descoberta definitiva no campo dos altos e baixos da história passe pela antropologia e pela teoria racial.

*“Existe ciência genuína nesse campo. [...]”*  
*“Pode ser que nunca solucionemos”* as questões científicas relacionadas aos estudos da raça, *“mas por isso, apenas, não deveríamos negar a importância do fator racial na história”*<sup>68</sup>. Mises não dispensaria os estudos de raça, pois *“ainda subsiste um germe da teoria racial isento da diferenciação específica de raças nobres e não nobres”*<sup>69</sup>.

Pode-se dizer que *“alguns homens nascem com mais talento do que outros”*; que os homens diferem em suas qualidades físicas e psíquicas; que *“determinadas famílias, raças e grupos de raças revelam traços similares”*; e que *“temos razão em fazer uma diferenciação entre raças, bem como em falar de qualidades raciais diferentes para os indivíduos”*<sup>70</sup>. Há, inclusive,

diferenças físicas consideráveis entre os membros das várias raças; há também diferenças notáveis, se bem que de menor importância, entre membros de uma mesma raça, sub-raça, tribo ou família, e mesmo entre irmãos e irmãs ou entre gêmeos não idênticos<sup>71</sup>.

E *“é um fato histórico que as civilizações desenvolvidas pelas diversas raças são diferentes”*, por exemplo<sup>72</sup>. É *“indiscutível”* que *“algumas raças tiveram mais êxito do que outras em seus esforços por desenvolver uma civilização”*<sup>73</sup>. Tudo isso é passível de ser investigado cientificamente e sociologicamente, mesmo que as tentativas de descobrir as *“características somáticas das relações raciais não tenham dado resultado”*<sup>74</sup>.

Para Mises, o estudo de raça mais importante, do ponto de vista do liberalismo clássico, deveria propor a seguinte tese:

atuando durante longo período, determinadas influências produziram uma ou várias raças, dotadas de qualidades especialmente favoráveis; por meio de tais vantagens, os membros das raças favorecidas estiveram por tanto tempo à frente das outras raças, que estas não conseguiram se libertar desse domínio, em certo espaço de tempo.

Embora Mises não tenha dito se tal afirmação era uma verdade científica absoluta, considerava-a a mais compatível com os métodos científicos. Temos então de perguntar *“como a afirmativa se coloca em relação à teoria da cooperação social”*<sup>75</sup>.

Até mesmo afirmar que determinadas raças possuem *“qualidades especialmente favoráveis”* não implica, necessariamente, que essas qualidades sejam todas biológicas; poderiam ser, em sua maior parte, ambientais e culturais<sup>76</sup>. Por vezes, as condições ambientais e culturais se manifestam em qualidades físicas, intelectuais e morais:

homens que vivem sob certas condições amiúde adquirem, na segunda geração, e às vezes até na primeira, uma conformação física ou mental particular. [...] Ocorre com muita frequência que a pobreza ou a riqueza, o meio urbano ou rural, a vida passada dentro de casa ou ao ar livre, os cumes das

<sup>67</sup> Idem. *Nation, State, and Economy*. p. 11.

<sup>68</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>69</sup> Idem. *Socialism*. p. 289.

<sup>70</sup> Ibidem. p. 289.

<sup>71</sup> Idem. *Theory and History*. p. 326-27.

<sup>72</sup> Ibidem. p. 322.

<sup>73</sup> Ibidem. p. 334.

<sup>74</sup> Idem. *Socialism*. p. 288.

<sup>75</sup> Ibidem. p. 289-90.

<sup>76</sup> Ibidem. p. 289-90.

montanhas ou as planícies, os hábitos sedentários ou o esforço físico intenso, imprimam sua marca característica no corpo de um homem<sup>77</sup>.

Mas o meio ambiente em si não explica todas as diferenças entre os grupos. Se fosse assim, como sustentam os marxistas, seria possível nivelar todas as diferenças humanas corrigindo o ambiente. Nesse contexto, Mises lembra que há um certo grau de correlação entre a estrutura corporal e determinadas características mentais. Um indivíduo herda dos pais e, indiretamente, dos ancestrais de seus pais, não apenas as características biológicas específicas de seu corpo, como também uma constituição de capacidades mentais, que delimita as suas potencialidades intelectuais e as de sua personalidade<sup>78</sup>.

A tentativa de alterar esse fato viola a doutrina da igualdade perante a lei<sup>79</sup>.

Da maior importância, do ponto de vista metodológico, é o fato de que, independentemente do que digam os racistas, e não importa qual seja o tamanho das diferenças, estas não afetam a estrutura da mente humana. Não existe a menor evidência que comprove a tese, elaborada por várias escolas de pensamento, de que a lógica e o modo de pensar das diferentes raças sejam categoricamente diferentes<sup>80</sup>.

Esse é um ponto fundamental, pois o sistema miseano de dedução da economia a partir da ação humana repousa sobre a validade universal da lógica.

Como nota de advertência, Mises escreveu, em um de seus últimos livros, *Theory and History* [Teoria e História]<sup>81</sup>, que não há razão para um grupo sentir “*vaidade racial*”. O que pode ter sido verdade no passado não necessariamente será no futuro. Daí que os historiadores não devem adotar

“*uma interpretação racial da história*”<sup>82</sup>. Afirmar a superioridade de determinada raça também pode trazer consequências perniciosas à ética individual: a “*vaidade inofensiva*” pode facilmente se transformar em “*desprezo por aqueles que não pertencem ao mesmo grupo especial, bem como em uma tentativa de humilhá-los e insultá-los*”. Esse tipo de comportamento “*envenenou as relações entre as raças pelos séculos vindouros*”<sup>83</sup>. Mais ainda, Mises se opôs veementemente a tudo quanto se relacionasse à eugenia, argumentando que

não adianta nada os defensores da eugenia dizerem que não falavam daquilo que os nazistas colocaram em prática. Pois a eugenia tem, por objetivo, dar a alguns homens, protegidos pela força policial, o controle total da reprodução humana. Pretende que se apliquem, nos homens, os métodos utilizados nos animais domésticos<sup>84</sup>.

Segundo Mises, os estudos sobre as diferenças raciais, independentemente de seus resultados, não afetariam, de maneira nenhuma, a sua opinião de que a sociedade livre e a divisão do trabalho eram os melhores meios para lidar com as diferenças entre os grupos. A teoria racial “*não é capaz, absolutamente, de refutar*” a defesa do liberalismo<sup>85</sup>, já que a teoria racial e a sociedade liberal “*são inteiramente compatíveis*”<sup>86</sup>.

Pode-se supor que as raças de fato difiram na inteligência e na força de vontade, e que, por isso, sejam bastante desiguais em sua capacidade de constituir uma sociedade, e até supor que as melhores raças se sobressaíam tanto mais quanto mais capazes fossem de fortalecer a cooperação social<sup>87</sup>.

<sup>77</sup> Idem. *Omnipotent Government*. p. 170-71.

<sup>78</sup> Idem. *Theory and History*. p. 327.

<sup>79</sup> Ibidem. p. 328.

<sup>80</sup> Ibidem. p. 327.

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> Ibidem. p. 334.

<sup>83</sup> Ibidem. p. 334-35.

<sup>84</sup> Idem. *Planned Chaos*. Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1947. p. 78.

<sup>85</sup> Idem. *Theory and History*. p. 328.

<sup>86</sup> Idem. *Socialism*. p. 289.

<sup>87</sup> Ibidem. p. 289-90.

É o livre mercado e a lei da vantagem comparativa que possibilitam a cooperação entre as raças. O liberalismo clássico sustenta que o trabalho livre é mais produtivo do que o trabalho não livre, o que, segundo Mises, é motivo suficiente para se favorecer o liberalismo. Este não depende absolutamente do “*postulado da igualdade ou dos direitos iguais de todos os homens, baseado na lei natural*”.

Pode-se dizer que as raças distinguem-se pelo talento e temperamento, e que não há esperança alguma de que essas diferenças se resolvam. Contudo, a teoria do livre mercado mostra que até mesmo as raças mais capazes se beneficiam da associação com as menos capazes e que a cooperação social proporciona, a ambas, a vantagem de produzir mais, no processo geral de trabalho<sup>88</sup>.

Todavia, ali onde a teoria racial se choca com a ordem liberal clássica, Mises levanta as suas mais fortes objeções – sobretudo na obra *Omnipotent Government* [Governo Onipotente]<sup>89</sup>, que trata mais da ideologia nazista. Quando se defende a guerra racial em detrimento da cooperação social, a teoria racial torna-se uma força maligna. Mises ressaltou que a guerra racial é indesejável sob qualquer perspectiva. “*Lapouge chamou a atenção para o fato de que, somente no caso dos povos primitivos, a guerra levou à seleção dos mais fortes e mais dotados*”; “*entre os povos civilizados, a guerra conduz à deterioração da raça por meio da seleção dos menos capazes*”, já que “*é mais provável que os mais aptos sejam mortos do que os inaptos*”. E aqueles “*que sobrevivem à guerra têm a sua capacidade de gerar filhos saudáveis prejudicada pelos ferimentos recebidos em batalha*”<sup>90</sup>.

O aparecimento de Adolf Hitler (1889-1945) levou Mises a debater os temas da raça e da etnia à luz da história recente. Como advertiu o economista austríaco, a aplicação de leis de pureza racial, por parte do Estado, resultou em conflito e guerra. Os teóricos raciais, cujos

estudos pouco científicos Mises julgou “*impossíveis de condenar de maneira categórica o bastante*”, chegaram ao poder no nazismo. Contra eles, Mises escreve, em 1944: “*a hipótese ariana foi há muito desacreditada. A raça ariana é uma ilusão*”. Aliás, tinha mesmo de ser desacreditada, como todas as teorias que postulam a existência de um “*grupo puro*” entre os homens brancos. Daí Mises ter condenado a campanha dos nazistas contra os judeus: era moralmente errada e cientificamente incorreta, pois não existe nenhuma “*raça judia ou semítica*”. “*Demonstrou-se que é impossível diferenciar, do ponto de vista antropológico, os judeus alemães dos alemães não judeus*”. “*Os negros e os brancos distinguem-se por características raciais, isto é, físicas; mas é impossível separar um judeu alemão de um alemão não judeu por qualquer característica racial*”<sup>91</sup>.

Em relação à discriminação pessoal, baseada nas preferências individuais por uma raça ou outra, por um grupo étnico ou outro, Mises considerou-a um comportamento lícito e natural, mas que o mercado tenderia a tornar dispendioso.

Numa sociedade de mercado livre não há discriminação legal contra ninguém. Todos têm o direito de ter, no sistema social, um lugar que lhes permita trabalhar e viver dos frutos do seu trabalho. O consumidor é livre para discriminar, desde que esteja disposto a pagar o preço disso<sup>92</sup>.

Num mundo em que as pessoas defendem a política do consumidor, por terem compreendido o significado da sociedade de mercado, não haverá discriminação legal contra os judeus. Em tal mundo, qualquer um que não goste de judeus poderá deixar de fazer negócios com comerciantes, médicos e advogados judeus<sup>93</sup>.

Mises desejava estender a condenação habitual, dirigida contra o tratamento desigual perante a lei, para o intervencionismo econômico, segundo ele “*uma discriminação*

<sup>88</sup> Ibidem. p. 290.

<sup>89</sup> Idem. *Omnipotent Government*.

<sup>90</sup> Idem. *Socialism*. p. 290-91.

<sup>91</sup> Idem. *Omnipotent Government*. p. 182.

<sup>92</sup> Ibidem. p. 182.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 184.

*compulsória, que favorece o interesse de uma minoria de cidadãos em prejuízo da maioria*". No intervencionismo, diversos grupos lutam para formar uma aliança política com o fim de obter privilégios. Os agricultores tentam fazer valer a discriminação contra produtos estrangeiros, intervenção esta que sobrecarrega o restante da comunidade. E a discriminação legal "*não precisa ter nenhuma relação com um sentimento de ódio ou repugnância àqueles contra quem ela se aplica*". Por exemplo,

os suíços e os italianos não odeiam os norte-americanos e os suecos; no entanto, tomam partido contra os produtos norte-americanos e os produtos suecos. Ninguém gosta de ter competidores<sup>94</sup>.

O intervencionismo econômico há de, necessariamente, conduzir a uma crescente discriminação legal, até que, enfim, resulte em atos cruéis contra minorias étnicas, sobretudo contra os judeus. "*No mundo do intervencionismo, somente um milagre poderá, a longo prazo, impedir a discriminação legal contra os judeus*", disse Mises.

A política de proteger o produtor nacional, menos eficiente, em vez do produtor estrangeiro, mais eficiente, o artesão em vez do fabricante e a lojinha em vez da loja de departamento e das cadeias de lojas ficaria incompleta se não protegesse o 'ariano' em prejuízo do judeu<sup>95</sup>.

Para Mises, todavia, a culpa da existência de conflitos raciais não era o ódio contra outros grupos raciais ou étnicos. Era o fato de eles se refletirem numa política estatal que, na prática, tratava de maneira diferente os diferentes grupos. Onde esses grupos se dividiram segundo critérios econômicos ou raciais, a ponto de o Estado conceder privilégios aos interesses de uma minoria – fosse esta composta de agricultores ou de grupos raciais e étnicos –, em detrimento da maioria (ou para a maioria em detrimento da minoria), houve conflitos sociais, e foram negados os princí-

pios da sociedade livre.

Assim, Mises aborda a questão da raça e da etnia como um cientista anti-igualitarista, respeitando os padrões naturais de interação dos grupos, mesmo que esses padrões impliquem em uma discriminação sistemática de um grupo em relação a outro. Para justificar essa postura, no entanto, Mises não usou a fundamentação teórica da maioria dos teóricos raciais da época; mas aceitou, sim, a conclusão de que determinados grupos teriam vantagens sobre outros, em certas áreas, e, até mesmo, considerou justo falar em características de grupo superiores. Daí a sua oposição a todas as tentativas de igualar os grupos e a todas as tentativas de tratá-los de maneira diferente perante a lei. Era na ordem de mercado liberal que as diferenças grupais se harmonizavam melhor.

#### IV - MULTICULTURALISMO

Mises era categoricamente pró-Ocidente, pois valorizava a liberdade acima de tudo e considerava o Ocidente responsável pela ideia mesma de liberdade. Pode-se encontrar a origem dessa ideia nos gregos, uma vez que eles "*foram os primeiros a entender o sentido e a importância das instituições como salvaguarda da liberdade*"<sup>96</sup>. Apesar da existência das oligarquias, o "*conteúdo essencial da ideologia grega era a busca da liberdade*"<sup>97</sup>. Suas ideias se transmitiram aos romanos e, mais tarde, à Europa, e, por meio dos europeus, à América. A ideia ocidental de liberdade culminou no governo representativo, no império da lei, nos tribunais independentes, no *habeas corpus*, na investigação judicial, na liberdade de expressão e na separação entre Igreja e Estado. O Ocidente "*transformou os que estavam sujeitos à tirania em cidadãos livres*"<sup>98</sup>.

Algo diverso sucedeu no Oriente. Sim,

<sup>94</sup> Ibidem. p. 184.

<sup>95</sup> Ibidem. p. 184.

<sup>96</sup> Idem. The Idea of Liberty is Western. In: EBELING. *Money, Method, and the Market Process*. p. 303.

<sup>97</sup> Ibidem. p. 305.

<sup>98</sup> Ibidem. p. 304.

*“pode-se comparar as antigas obras da filosofia e da poesia oriental com as obras mais valiosas do Ocidente”*<sup>99</sup>; o Ocidente, porém, passou à frente do Oriente ao enfatizar a ideia de liberdade. Consequentemente,

por muitos séculos, o Oriente não produziu nenhum livro de vulto. A história intelectual e literária dos tempos modernos não registra praticamente nenhum nome de autor oriental. O Oriente deixou de dar qualquer contribuição aos esforços intelectuais da humanidade. As questões e as controvérsias que inquietavam o Ocidente permaneceram ignoradas no Oriente. Havia agitação na Europa; no Oriente, estagnação, indolência e indiferença<sup>100</sup>.

O Ocidente, ao contrário do Oriente, considerou que o poder dos déspotas tinha de ser contestado e que o indivíduo deveria ser independente do Estado, o que tornou necessária a criação de uma *“estrutura legal que protegesse a riqueza dos cidadãos particulares do confisco dos tiranos”*. Uma vez que no Oriente não havia essa proteção da riqueza (exceto para a riqueza dos governantes), *“impediu-se o acúmulo de capital em grande escala”*. Não se desenvolveu nenhuma classe média, e, portanto, *“não havia um público para apoiar e patrocinar autores, artistas e inventores”*.

Os filhos do Oriente *“não fazem nada mais que seguir a rotina do ambiente em que vivem”*; o progresso se dá por meio do Estado<sup>101</sup>. Ao contrário, *“o jovem perspicaz do Ocidente vê o mundo como um campo de ação, onde ele pode obter fama, prestígio, honras e riqueza; nada parece muito difícil à sua ambição”*.

A nobre autoconfiança do homem ocidental encontrou expressão triunfante, por exemplo, nos ditirambos do coro da *Antígona* de Sófocles (496-406 a.C.), um hino ao homem e a seu engenho, assim como na *Nona Sinfonia* de Ludwig

van Beethoven (1770-1827). Jamais se ouviu algo parecido no Oriente<sup>102</sup>.

A ideia de liberdade possibilitou a riqueza do Ocidente. Outras civilizações se opõem às ideias ocidentais, ao mesmo tempo em que desejam os benefícios materiais do capitalismo. *“Os não caucasianos podem odiar e desprezar o homem branco”*, diz Mises:

podem maquirar a destruição dele e se regozijar no elogio extravagante de suas próprias civilizações. Mas anseiam pelas realizações concretas do Ocidente, pela sua ciência, tecnologia e medicina, pelos seus métodos de administração e de gerência industrial<sup>103</sup>.

*“Não importa o que se diga da civilização ocidental, é certo que todos os povos invejam-lhe as realizações e desejam reproduzi-las, admitindo implicitamente, portanto, a superioridade dela”*. Porém, enquanto insistirem em *“preservar os seus ritos tradicionais, tabus e modo de vida costumeiro”*, as outras culturas não alcançarão a prosperidade do Ocidente<sup>104</sup>.

Ora, mas o comunismo também não foi uma criação do Ocidente? Mises responde que nenhum defensor do absolutismo teria audiência no Ocidente e que, portanto, o comunismo teve de se disfarçar de *“super-liberalismo, espécie de cumprimento e consumação das ideias mesmas de independência e liberdade”*<sup>105</sup>. Além disso, os comunistas tinham liberdade para escrever e publicar no Ocidente, ao passo que as ideias contrárias aos governantes não podiam ser transmitidas no Oriente.

Para Mises, todavia, a superioridade do Ocidente não perdurará necessariamente. Decerto decairia se *“os descendentes dos construtores da civilização do homem branco renunciassem à sua liberdade e voluntariamente se rendessem à suserania do governo onipotente”*<sup>106</sup>.

<sup>102</sup> Ibidem. p. 311-12.

<sup>103</sup> Idem. *Theory and History*. p. 332.

<sup>104</sup> Ibidem. p. 333.

<sup>105</sup> Idem. *The Idea of Liberty is Western*. p. 306.

<sup>106</sup> Ibidem. p. 312.

<sup>99</sup> Ibidem. p. 311.

<sup>100</sup> Ibidem. p. 311.

<sup>101</sup> Ibidem. p. 311.

Tampouco se poderá prever o futuro baseando-se na atual superioridade do Ocidente, independentemente da sua importância no passado<sup>107</sup>.

## V - A LITERATURA E AS ARTES

A respeito de sexo, família e feminismo, Mises sustentava que a ordem capitalista privilegiava a ordem natural, e considerava inútil ir contra a natureza do homem e as instituições humanas. Quanto aos padrões sociais relacionados a características raciais ou étnicas, Mises pensava que a ordem capitalista eliminaria os conflitos ao integrar todos na divisão do trabalho – isto é, desde que a ordem legal tratasse igualmente todos os grupos.

Outra era a posição de Mises em relação à literatura e às artes. Aqui, Mises desaprova, de todo o coração, aquilo que o mercado tende a recompensar, e defende a antiga tradição, explicando que o fato de ele desaproveitar a cultura popular e a ideologia da contracultura não afetava a sua defesa do mercado. Os críticos do capitalismo muitas vezes diziam que o mercado recompensava a obra literária ou artística inferior. Mises, embora compartilhasse das preferências de muitos desses críticos, acreditava que a cultura de massa é o “o preço que a humanidade tem de pagar” para que o gênio disponha de liberdade para trabalhar<sup>108</sup>.

Segundo Mises, é pouco provável que a grande literatura tenha êxito no mercado.

Literatura não é conformismo, mas divergência. Os autores que apenas repetem o que todos aprovam e desejam ouvir não têm nenhuma importância. O que vale é o inovador, o dissidente, o mensageiro daquilo que ainda não se ouviu. [...] É precisamente o autor dos livros que a maior parte do público não compra.

[...]

O dissidente e o inovador não devem nutrir grandes expectativas em relação à venda de seus livros no mercado comum<sup>109</sup>.

O magnata do mercado livreiro abastece o povo, que nem sempre prefere “os maus livros aos bons livros”; “devido à sua falta de discernimento, por vezes os compradores acabam absorvendo até bons livros”. Todavia, “é fato que a maior parte dos romances e peças de teatro publicadas hoje é mera porcaria”. Isso se deve, sobretudo, à quantidade produzida e ao fato de que – sob o capitalismo – o público, e não apenas a *intelligentsia*, tem, pela primeira vez, a oportunidade de influenciar o mercado livreiro. “Não é culpa do capitalismo que o homem comum não goste de livros fora do comum”<sup>110</sup>.

O que caracteriza o capitalismo não é o mau gosto das multidões, mas o fato de que essas multidões, que alcançaram a prosperidade com o capitalismo, se tornam ‘consumidores’ de literatura – é claro, da literatura inferior. O mercado livreiro é inundado por uma enxurrada de livros de ficção banais, escritos para semibárbaros. Isso, no entanto, não impede que os grandes autores criem obras imortais<sup>111</sup>.

Mesmo que apenas um em mil livros publicados a cada ano “igualasse os grandes livros do passado”, ainda assim “a nossa época poderia, no futuro, ser considerada uma época florescente para a literatura”<sup>112</sup>. Mises afirmou que os críticos que atacam o mercado por causa da literatura que produz “revelam a sua própria incapacidade de separar o joio do trigo”.

“Todos são livres para abster-se da leitura de livros, revistas e jornais de que não gostam e livres para recomendar a outras pessoas que fujam de tais livros, revistas e jornais”<sup>113</sup>. Foi o que

<sup>107</sup> Idem. *Theory and History*. p. 335.

<sup>108</sup> Idem. *A Mentalidade Anticapitalista*. Trad. Carlos dos Santos Abreu. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2ª edição, 2010. p. 78.

<sup>109</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>110</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>111</sup> Ibidem. p. 61.

<sup>112</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>113</sup> Ibidem. p. 46.

fez Mises. Ele atacou a literatura popular da época, sobretudo a que ele considerava promotora do socialismo. Entre os seus alvos principais, estavam as histórias de detetive, em que o vilão é um exemplar do “*burguês bem sucedido*” – de aparência respeitável e considerado por todos incapaz de praticar o mal –, que será, no final, capturado por um detetive que desconfia que, no fundo, todas as pessoas bem sucedidas sejam corruptas. Mises também criticou os romances “*proletários*”, que, segundo ele, “*não passam de porcaria*”. Seu elitismo estético, todavia, nunca assumiu a forma de uma defesa da discriminação legal; discriminação que, aliás, ele criticou. Pessoalmente, porém, jamais se esquivou de julgar ou denunciar os livros de que não gostava.

Assim também com a arquitetura. Mises diz que a “*arquitetura moderna não alcançou a excelência da arquitetura dos séculos passados*”, nem mesmo no “*horizonte de New York*”, com o seu “*esplendor singular*”. Ele apresenta várias razões para isso. Sobre os edifícios religiosos, afirma que o “*acentuado conservadorismo*” das igrejas foge à inovação. Já não existem palácios, porque “*a riqueza dos empresários e dos capitalistas é [...] tão inferior à dos reis e príncipes que não lhes permite entregar-se a tais construções luxuosas. Hoje, ninguém é rico o bastante para projetar palácios como o de Versailles ou o de Escorial*”. E os edifícios governamentais são monótonos, porque “*é pouco provável que os comitês e os conselhos adotem as ideias de pioneiros audaciosos*”. Embora talvez esses projetos grandiosos não tenham volta, atualmente o gênio arquitetônico se expressa, sim, mas em um nível menor. “*Apenas em prédios de habitação, em edifícios de escritório e em casas, vemos o desenrolar de algo que se possa qualificar de estilo arquitetônico da nossa época*”<sup>114</sup>.

Na arte e na arquitetura, o gênio precisa respirar liberdade. Quando a liberdade produz uma cultura inferior, a culpa é das massas. Mises diz: “*não é culpa do capitalis-*

*mo que as massas preferam uma luta de boxe à tragédia Antígona de Sófocles, o jazz às sinfonias de Beethoven e as histórias em quadrinho à poesia*”<sup>115</sup>.

A corrupção moral, a licenciosidade e a esterilidade intelectual de uma classe de homens grosseiros, aspirantes à literatura e à arte, constituem o preço que a humanidade deve pagar para que os criadores pioneiros possam produzir a sua obra. É preciso dar liberdade a todos, mesmo às pessoas toscas, para que não haja obstáculos para a minoria capaz de usar da liberdade em benefício da humanidade<sup>116</sup>.

Como pôde Mises fazer julgamentos estéticos tão duros? Liberalismo não significa tolerância? Com efeito, na obra *Liberalism*, Mises escreve que o

Liberalismo exige tolerância por princípio e não por oportunismo. Exige que se tolerem até mesmo doutrinas manifestamente disparatadas, formas absurdas de heterodoxia e superstições tolas e pueris. O liberalismo exige que se tolerem doutrinas e opiniões que considera prejudiciais e ruinosas para a sociedade e, até mesmo, movimentos que ele combate infatigavelmente. O que impele o liberalismo a exigir tolerância e a concordar com ela não é a consideração do conteúdo da doutrina a ser tolerada, mas o reconhecimento de que apenas a tolerância pode criar e preservar o estado de paz social, sem o que a humanidade há de recair na barbárie e penúria de séculos atrás<sup>117</sup>.

Por tolerância, Mises quer dizer que não se pode usar de coerção para impedir o acesso do público às ideias – o que também não implica que o público tenha de aprová-las passivamente. Na verdade, é função do liberal desencorajar tal aprovação. “*Contra o que há de estúpido, sem sentido, falso e mau, o liberalismo combate com as armas do espírito*

---

<sup>115</sup> Idem. *Liberty and Property*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1988. p. 27.

<sup>116</sup> Ibidem. p. 108.

<sup>117</sup> Idem. *Liberalism*. p. 56-57.

---

<sup>114</sup> Ibidem. p. 60.

[...]”<sup>118</sup>.

## VI - SUMÁRIO

Em suma, vemos que Ludwig von Mises adotou muitas das perspectivas culturais que fundamentam o conservadorismo tradicionalista em voga nos Estados Unidos moderno, todas elas baseadas, porém, no anti-igualitarismo que defendia. Preferia a organização familiar patriarcal e considerava vinculadora a necessidade da fidelidade; considerava instituições como a família e a fidelidade conjugal naturais, exclusivas dos povos civilizados e bastante desejáveis; acreditava na possibilidade de fazer generalizações sobre raças e grupos étnicos quando estes apresentam traços distintivos, de estudar essas diferenças e, até mesmo, de empregar generalizações étnicas como princípios de ação, ao mesmo tempo em que se opunha à discriminação legal dos grupos; enalteceu a civilização ocidental como superior a todas as outras, por ser a fonte da liberdade e do capitalismo; e criticou a cultura de massa e a contracultura, preferindo a literatura ocidental e as artes que sobreviveram ao teste do tempo.

## VII - ALGUNS PONTOS DE ANÁLISE

Apresentam-se, a seguir, algumas reflexões dos autores do artigo acerca de determinados pontos da análise miseana que julgamos particularmente interessantes:

- 1) O pensamento cultural de Ludwig von Mises não recebeu praticamente nenhuma atenção dos estudiosos miseanos, embora seja rico de possibilidades analíticas. Além da consistência de seu pensamento, a característica que mais chama atenção é o seu

tradicionalismo cultural, muito semelhante à ética religiosa ortodoxa em questões como sexualidade, casamento, amor livre e promiscuidade.

Contudo, importa ver Mises como ele era: um cientista adepto da neutralidade axiológica, racionalista e utilitarista. Um breve exame nos escritos do moderno pensamento conservador norte-americano<sup>119</sup> revela diferenças gritantes em relação à abordagem miseana. Mises tomou todo o cuidado para chegar aos seus pontos de vista culturais (excetuando-se, aqui, as suas preferências estéticas) por meios dedutivos. Isso pode ser demonstrado claramente pelo que ele pensava sobre a instituição da família e da fidelidade. Em parte alguma ele se submete à tradição ou ao teísmo. Ao contrário, para Mises, a família e a fidelidade constituem desenvolvimentos naturais da divisão do trabalho (sustentada pela desigualdade universal) e da necessidade de regular por contrato as relações sexuais.

O que não quer dizer que a religião não tenha exercido uma influência subjacente no pensamento de Mises – mesmo que ele não professasse nenhuma religião, e muito embora os seus pais judeus também não fossem adeptos de religião nenhuma. Ocorre que a cultura da Áustria de Mises, assim como da Universidade de Viena, onde estudou, era profundamente católica. E, aliás, a tradição da escola austríaca de economia que Mises seguia teve, como fundador, Carl Menger, discípulo do filósofo tomista Franz Brentano (1838-1917)<sup>120</sup>. As ideias econômicas de Menger, por sua vez, têm muito em comum com as dos escolásticos tardios<sup>121</sup>.

Mas que não se extrapole esse fato, pois Mises considerava o capitalismo e a revolução industrial – e não o cristianismo – os

<sup>118</sup> Ibidem. p. 57. O próprio fato de discutirmos o tema da tolerância pressupõe a legitimidade da desaprovação; se fosse possível e desejável que todos aprovassem igualmente todas as doutrinas, culturas e práticas, não haveria razão para se colocar a questão da tolerância. Ver: MISES, Ludwig von. *A Hundred Years of Marxian Socialism*. In: EBELING. *Money, Method, and the Market Process*. p. 218.

<sup>119</sup> BUCKLEY, William F. Jr. *American Conservative Thought in the Twentieth Century*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.

<sup>120</sup> GRASSL, Wolfgang; SMITH, Barry. *Austrian Economics: Historical and Philosophical Background*. New York / London: New York University Press, 1986.

<sup>121</sup> CHAFUEN, Alejandro. *Christians for Freedom: Late-Scholastic Economics*. San Francisco: Ignatius, 1986.

responsáveis pelo progresso da liberdade, do contrato e do voluntarismo. Mises comparou o capitalismo e o cristianismo, no que se refere às suas respectivas contribuições históricas<sup>122</sup>. O que não quer dizer, entretanto, que fosse contrário à religião em si. “Seria um erro grave concluir que as ciências da ação humana e a política derivada de suas lições, o liberalismo, sejam antiteístas e hostis à religião”<sup>123</sup>. O problema era o anticapitalismo. “Igrejas de todas as denominações”, lamentou Mises, estão promovendo falácias econômicas em vez de ensinar a “doutrina cristã”<sup>124</sup>.

2) Para Mises, qualquer análise cultural e sociológica que subverta as “instituições sociais”, produzidas pelo “fato inalterável da natureza”, é extremamente perigosa. É nesse sentido que, sem problema nenhum, podemos considerar Mises um conservador: o que existe deve ser preservado, desde que as suas origens estejam de acordo com a cooperação social. Para Mises, apenas os socialistas atacariam tais instituições, questionando os resultados da cooperação econômica (por exemplo, a formação dos preços e a distribuição de renda) ou os padrões das relações sexuais. Mas apenas quando forem produzidas por uma agressão exógena (estatal ou privada), é que as condições sociais devem ser combatidas e reconstruídas sobre o fundamento da propriedade privada, do contrato e do império da lei.

3) Mises pode ser visto como um típico representante da economia *laissez-faire* do século XX, assim como os defensores dos mercados livres foram bastante associados ao tradicionalismo cultural<sup>125</sup>, e, vice-versa,

os defensores do socialismo foram associados ao libertinismo cultural<sup>126</sup>. Libertários que não se consideram “nem de esquerda nem de direita”, e que, por isso, misturam mercado livre com libertinismo, dispensam esse padrão por inútil ou como se fosse fruto da tentativa, por parte de cristãos conservadores, de promover o seu plano de ação religioso<sup>127</sup>. Mas, se há coerência na proposta de Mises, esta estará num melhor entendimento da relação entre uma ordem econômica livre e uma perspectiva tradicionalista em questões culturais.

Em Mises, pode-se ver de duas maneiras a conexão entre *laissez-faire* e tradicionalismo. Em primeiro lugar, Mises – e a maior parte dos outros defensores do libertarianismo na economia – é veementemente anti-igualitarista, como já se demonstrou acima, ao passo que a maioria dos membros da esquerda cultural defendem algum tipo de nivelamento social e cultural. Em segundo lugar, Mises e outros defensores do libertarianismo na economia consideram que o mercado livre e as instituições sociais tradicionais estão de acordo com a ordem natural; já o socialismo e o intervencionismo, assim como o libertinismo cultural, visam a derrubar essa ordem natural para impor à sociedade planos estranhos aos padrões sociais de liberdade. A relação disso com o uso de constructos do tipo “lei natural”, por parte de Mises (apesar de explicitamente rejeitar a ideia de ordem natural), é assunto para estudos acadêmicos posteriores.

<sup>122</sup> MISES. **Socialism**.

<sup>123</sup> Idem. **Ação Humana**. p. 195

<sup>124</sup> Idem. Economics as a Bridge for Interhuman Understanding. In: GREAVES, Bettina Bien (Ed.). **Economic Freedom and Interventionism: An Anthology of Articles and Essays by Ludwig von Mises**. Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Education, 1990. p. 231.

<sup>125</sup> NASH, George H. **The Conservative Intellectual Movement in America**.

<sup>126</sup> NISBET, Robert. Uneasy Cousins. In: CAREY, George W. (Ed.). **Freedom and Virtue: The Conservative/Libertarian Debate**. Boston: University Press of America, 1984. p. 13-24.

<sup>127</sup> Ver: KURTZ, Paul, Libertarianism as the Philosophy of Moral Freedom. In: CAREY. **Freedom and Virtue**. p. 135-46. Sobre a possível relação entre libertinismo e estatismo, note-se a participação de Kurtz no projeto do “Humanist Manifesto II (1973)”. O documento é um convite a “uma ordem econômica socializada e cooperativa, uma ética autônoma e situacional, [...] a muitos tipos de exploração sexual [...] e ao desenvolvimento de um sistema de leis e ordem mundial baseado num governo federal transnacional” (ver: MARTIN, Malachi. **The Keys of This Blood**. New York: Simon & Schuster, 1990. p. 295).

4) É comum dizer-se que coube a Mises apresentar a melhor fundamentação teórica para entender o fracasso inevitável do socialismo: fracassará por ser incapaz de calcular a utilidade relativa dos meios de produção coletivos (e, portanto, não comercializados). Mas, terão semelhante potencial de previsão as suas críticas culturais e sociológicas ao socialismo? Os socialistas do século XIX defendiam o amor livre, mas foi só a partir da década de 1960 que ele passou a ser praticado abertamente pela esquerda, criando a chamada “geração destrutiva”. Mises considerava esse e outros aspectos da agenda sociológica e cultural da esquerda tão socialista quanto o desejo de coletivizar os meios de produção.

5) Se considerarmos o assistencialismo como uma espécie de atalho para o socialismo, será que poderemos dizer que Mises relacionou, corretamente, o crescimento do intervencionismo ao desmantelamento da família e à crescente promiscuidade?<sup>128</sup> Se as diferenças naturais entre os sexos e as exigências da divisão do trabalho produziram a família, a tentativa de igualar os sexos acabará com a divisão de trabalho e, *mutatis mutandis*, com a família como célula fundamental da sociedade. Estudiosos e grupos políticos ligados a questões familiares fariam bem em considerar esse ponto.

É digno de nota, também, que Mises tenha dito que o capitalismo salvou a humanidade da neurose sexual. A ideia das relações sexuais contratuais libertou tanto homens, quanto mulheres da opressão psicológica de uma vida sexual desordenada, decorrente de casamentos desfeitos e do desejo socialista de abolir completamente essa instituição. Será que os níveis de neurose sexual e mau comportamento sexual elevaram-se com o aumento do intervencionismo econômico?

6) Mises diz que o intervencionismo econômico, por definição, há de favorecer determinados grupos em detrimento de outros, de modo que a intervenção necessariamente implique em um tratamento

desigual de certos grupos, definidos por raça e etnia. Estaria a plethora de programas baseados no conceito de raça, estabelecidos pelo governo norte-americano, diretamente associada ao intervencionismo econômico praticado pelo governo? Será que a tentativa de restabelecer uma economia livre também criará os alicerces para que se revoguem aquelas leis que estabelecem um tratamento desigual, segundo critérios de raça e etnia? Ora, Mises considerava muito perigosa a tentativa de fundamentar a legítima igualdade perante a lei numa falsa noção de igualdade inata. Se o Estado impusesse uma igualdade que não levasse em conta os pontos fracos e os pontos fortes dos diferentes grupos, o império da lei seria minado. Poder-se-ia dizer que foi isso que aconteceu na sociedade norte-americana, desde, pelo menos, o início dos anos de 1960<sup>129</sup>?

7) Mises deixa em aberto a questão de por que mulheres que desempenham papéis tradicionais seriam contra o sufrágio feminino. Especulando, podemos chegar a esta possível conclusão lógica: uma vez garantido o voto, ele será provavelmente exercido pelas feministas. E, por causa de seu modo socialista de pensar, as feministas também apoiariam o aumento da intervenção estatal, o que provavelmente dificultaria a vida daquelas mulheres que são esposas e mães em tempo integral (com a guarda de crianças pelo Estado, pouco auxílio para a maternidade e oposição cultural à família). Por fim, o aumento da intervenção estatal, ao empobrecer a maioria das pessoas, dificultaria ainda mais a manutenção da família tradicional com apenas um membro assalariado.

Além disso, as esposas e as mães que não são feministas terão menos interesse na participação política ativa. Assim, à revelia, o sufrágio feminino conduz ao exercício do poder político contra as não feministas. Mises possivelmente diria que, para as não feministas, seria muito melhor opor-se ao sufrágio feminino do que viver sob o domí-

<sup>128</sup> MURRAY, Charles. *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980*. New York: Basic Books, 1984.

<sup>129</sup> WILLIAMS, Walter E. *The State Against Blacks*. New York: McGraw-Hill, 1982.

nio feminista, que viria naturalmente com a aprovação do sufrágio feminino<sup>130</sup>.

8) Mises considerava desprovidos de valor cultural muitos dos bens e serviços produzidos no sistema capitalista, sobretudo aqueles associados com a cultura de massa. Para ele, isso não era culpa do capitalismo, pois o mercado reflete o caráter moral do público. Não se sabe, porém, se ele achava que a crescente pobreza da cultura de massa poderia minar as bases intelectuais do mercado livre. O que se sabe ao certo é que ele acreditava que a literatura popular carregada de ideologia esquerdista (Mises cita o exemplo das histórias de detetive) era pernicioso. Mas será que ele via risco semelhante na cultura de massa inferior, mas não ideológica? ∞

---

<sup>130</sup> A esse respeito, vale consultar: GILDER, George. **Sexual Suicide**. New York: Quadrangle, 1973.